

Avenida Beira Mar continua interdita

Justiça decidiu manter liminar devido à falta de consenso entre os governos municipal e estadual em Audiência



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Após quase três horas de audiência ficou mantida a intervenção no trecho da avenida Beira Mar. A juíza Simone Fraga de Oliveira, da 3ª Vara Cível, por falta de consenso entre os representantes dos governos municipal e estadual, manteve a decisão da liminar concedida no dia 29 de abril.

A audiência aconteceu no Fórum Gumerindo Bessa entre a Empresa de Obras e Urbanização (Emurb), Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), Ministério Público do Estado (MPE) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema). Na ocasião, a

Adema permaneceu cobrando o relatório de estudo do impacto ambiental para conceder a licença para execução das obras. O representante do Ministério Público, promotor de justiça Gilton Feitosa, informou que o Ministério Público vai se manifestar através da avaliação dos documentos. "Já que existe a possibilidade legal de que a Defesa Civil possa dizer que ali existe uma situação de emergência e este documento é importante formalmente para um atendimento do código florestal, não será problema solicitar", colocou. Segundo Eduardo Matos, secretário da Sema, o órgão sabe que precisa do estudo ambiental, docu-

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE DEFESA CIVIL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTES DE JORNAL



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DE SERGIPE IRÁ SE
MANIFESTAR ATRAVÉS
DA AVALIAÇÃO DOS
DOCUMENTOS DA
DEFESA CIVIL**

jeto para a obra abrange 642 metros de muro e terá a colocação de seis espigões, cada um com mais de 40 metros, sendo que dois desses espigões serão implantados no Rio Sergipe, que é de responsabilidade Federal. "A Obra é tão grande que quatro espigões serão colocados no Rio Poxim e dois no Sergipe. E aí entra um detalhe: O Sergipe é de responsabilidade Federal e o Município não pode chegar simplesmente e implantar dois espigões lá", explica. Quanto ao estudo ambiental, de acordo com Luiz Durval, secretário da Emurb, o Município já está fazendo e as análises preliminares são um dos itens apresentados na justiça. "O estudo já foi iniciado e vamos apresentar o que já foi feito até agora. Esperamos que a justiça defina o que é melhor para a população de Sergipe", declara.

mento necessário emitido pela Adema para que as obras de contenção na Beira-mar possam começar, mas na questão há a diferença de a obra ser de caráter urgente, já que existe o risco de desabamento da avenida no bairro 13 de Julho.

"Entramos em contato com a Adema, solicitando a licença, mas eles responderam com uma notificação e nela não consta

nenhuma explicação sobre o pedido urgente que fizemos do documento. Se a Adema considera que as obras no local não são urgentes, tudo bem, mas ela terá que assumir a responsabilidade", disse.

Já de acordo com Genival Nunes, secretário da Adema, o órgão não tem o papel de definir o que é de urgência ou emergência, e com a magnitude do

projeto que foi apresentado pela Prefeitura de Aracaju, não dá para ser liberada a licença sem o estudo. "Não adianta contestar. Não podemos emitir a licença sem o estudo ambiental. Do jeito que ele foi elaborado, sem o estudo, as obras podem causar uma série de impactos, como, por exemplo, no município da Barra dos Coqueiros", conta.

E ainda segundo Genival, o pro-